

Leis

Lei Complementar nº. 100, de 27 de agosto de 2013.

Modifica o parágrafo único do art. 278 da Lei Complementar nº 71, de 17 de dezembro de 2010, que institui o Código Urbanístico do Município de Ponta Porã - MS, e dá outras providências.

Autor: Vereador Caio Augusto

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 278 da Lei Complementar nº 71, de 17 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 278 -

§1º Os postos de serviços e abastecimento de veículos, deverão se situar a uma distância mínima de 1.000m (mil) metros de distância um do outro. (NR).

§2º - A limitação imposta no parágrafo anterior aplica-se somente a construções futuras, ficando resguardada a distância de 300(trezentos) metros aos postos de combustíveis em construção, aos locais que já apresentam estrutura de postos e aos que anteriormente já estavam em funcionamento.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 27 de agosto de 2013.

Ludimar Novais
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº. 101, de 27 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Município de Ponta Porã e dá outras providências.

Autoria: Vereador Marcelino Nunes de Oliveira e Vereador Caio Augusto

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A presente Lei tem como objetivo estabelecer padrões, critérios e diretrizes sobre a emissão de sons e ruídos, decorrentes de certas atividades e algumas situações abaixo especificadas, ou oriundas de propriedades privadas, em defesa da saúde e do sossego público, bem como do meio ambiente.

Parágrafo único. A emissão de sons, sinais acústicos, ruídos e vibrações por quaisquer fontes ou atividades localizadas ou praticadas em áreas urbanas estará sujeita aos níveis máximos fixados nesta Lei Complementar e obedecerá aos padrões e critérios nela estabelecidos.

Art. 2º - Os dispositivos que estabelecem padrões, critérios e diretrizes sobre a emissão ou proibição de emissões de sons e ruídos produzidos por quaisquer meios ou de qualquer espécie, levarão em consideração, sempre, os locais, horários e natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício da atividade com a preservação da saúde e do meio ambiente.

Art. 3º - Compete a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em parceria com a Agência Municipal de Trânsito, a aplicação das normas e sanções de ordem administrativas.

§ 1º - Estão autorizados a lavrar notificações, autos de infração e instaurar processos administrativos em decorrência de infrações à presente Lei Complementar, os agentes de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Agência Municipal de Trânsito e os fiscalizadores de posturas.

§ 2º - Qualquer pessoa ao constatar ato que possa configurar infração à presente Lei poderá notifica-lo aos órgãos municipais descritos no § 1º do art. 3º ou demais autoridades competentes.

§ 3º - Em caso de comprovada poluição sonora, os agentes do órgão fiscalizador, no exercício da ação fiscalizadora, terão livre acesso às dependências onde estiverem instaladas as fontes emissoras, ressalvado o disposto no inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.

§ 4º - Nos casos em que os responsáveis pela fonte emissora impedirem a ação fiscalizadora, os fiscais do órgão fiscalizador poderão solicitar auxílio às autoridades policiais para o cumprimento do disposto no § 3º.

§ 5º - O Poder Executivo Municipal poderá firmar Convênio, Termo de Parceria ou outro instrumento hábil, visando trabalho integrado dos entes federativos para o fiel cumprimento desta Lei.

§ 6º - As atuações destes órgãos poderão ser efetuadas em conjunto ou isoladamente, de acordo com o caso e no interesse do bem-estar e respeito à coletividade.

Art. 4º - Para os efeitos da presente Lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I – Poluição Sonora: toda a emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta Lei;

II – Meio Ambiente: conjunto formado pelo espaço físico e os elementos naturais nele contidos até o limite do território do Município possível de ser alterado pela atividade humana;

III – Som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações de mecânicas em um meio elástico passível de excitar o aparelho auditivo humano;

IV – Ruído: qualquer som que causa ou tenda a causar perturbações ao sossego público, ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos aos seres humanos.

V – Ruído de Fundo: todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

VI – Distúrbio por Ruído ou Distúrbio Sonoro, significa qualquer som que:

- a) ponha em perigo ou prejudique a saúde de seres humanos ou animais;
- b) cause danos de qualquer natureza à propriedade pública ou privada;
- c) possa ser considerado incômodo ou que ultrapasse os níveis máximos fixados nesta Lei.

VII – Som incômodo: Toda e qualquer emissão de som medida dentro dos limites reais de propriedade da parte supostamente incomodada, a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa e a 1,20m (um metro e vinte centímetros) do solo, que ultrapasse os limites permitidos fixados na NBR 10.151:2000 - ABNT;

VIII – Zona sensível a ruído ou zona de silêncio: é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional;

IX – Vibração: movimento oscilação transmitido pelo solo, ou por uma estrutura qualquer, perceptível por uma pessoa;

X - Estado de emergência: qualquer situação de excepcionalidade, que possa ocasionar danos irreversíveis ao meio ambiente, à integridade física ou psíquica da população ou a bens materiais;

XI – Medidas de emergência: aquelas que visam evitar a ocorrência ou impedir a continuidade de um estado de emergência;

XII – Horários: diurno é aquele compreendido entre às 7h e 22h e noturno, das 22h às 7h. Aos domingos: diurno é aquele compreendido entre às 9h e 22h e noturno, das 22h às 9h.

Art. 5º - Para impedir ou reduzir a poluição sonora, incumbe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em parceria com outros órgãos ou isoladamente:

I - disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda por meio de alto-falantes, amplificadores de sons e reprodução eletroacústica em geral;

II – sinalizar convenientemente as áreas próximas a hospitais e sempre que possível, disciplinar o trânsito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego nessas áreas.

Art. 6º - Tratando-se de divulgação através de veículo móvel que realiza atividade de publicidade fica absolutamente proibido:

I - manter o equipamento de som em funcionamento quando o veículo estiver parado;

II - quando se encontra com cortejo fúnebre;

III - nas proximidades de encontros políticos e religiosos, marchas religiosas e procissões, salvo se destinado a divulgação do próprio evento;

IV - próximo a hospitais, prédios públicos e escolas.

Art. 7º - Enquadram-se ainda nesta Lei, os sons produzidos em edifícios de apartamentos, conjuntos residenciais ou comerciais, residências, lotes (denominados “chácaras”) e chácaras (propriamente ditas) ou sítios destinados a residência e ao lazer em geral, por animais, instrumentos musicais ou aparelhos receptores de rádio ou televisão e reproduzidos de sons, tais como gravadores ou similares ou ainda viva voz, de modo a incomodar a vizinhança provocando o desassossego, intranquilidade ou desconforto.

§ 1º - Ficam expressamente proibidas a partir de 22h00, gritarias e algazarras promovidas por pessoa ou grupo de pessoas nas ruas e praças públicas, bem como em residências ou chácaras de lazer e descanso que

perturbem a vizinhança. Ainda que dentro deste horário não será permitido qualquer ruído além dos limites de decibéis/horário fixados nesta lei.

§ 2º - A posse e/ou guarda de animais domésticos de qualquer espécie, potenciais geradores de poluição e/ou incômodos sonoros, sujeita seus proprietários e os responsáveis à observância das normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - Casas de comércio ou de diversões públicas, como parques, bares, restaurantes, cantinas, recreios, boates e dancings, nas quais haja execução ou reprodução de números musicais por orquestras, instrumentos isolados ou aparelhos, deverão aquelas e estes, após as 22h, além de outras providências cabíveis, adotarem instalações adequadas e reduzir sensivelmente a intensidade de suas execuções, ou reproduções de modo a não perturbar o sossego da vizinhança, isto é, não deixando extravasar o som reproduzido além do limite do estabelecimento.

Art. 9º - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I – os motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II – veículos estacionados ou em movimento com equipamento de som automotivo em volumes inadequados que possam ser ouvidos do lado externo.

Art. 10 - Estão excluídas desta Lei as atividades de interesse público, tais como Polícia, Defesa Civil, Ambulâncias, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Indústrias, Igrejas e Cultos Religiosos, marchas religiosas, procissões, e demais eventos religiosos, festividades cívicas, festas comemorativas escolares, culturais e folclóricas, anúncios de interesse público ou urgentes, sirenes, badalos de sinos, motores que funcionam ininterruptamente para refrigeração de produtos perecíveis e motores para reabastecimento de caixas d'água.

Art. 11 - As pessoas físicas ou jurídicas, que causarem poluição sonora no território do Município de Ponta Porã, ou que infringirem qualquer dispositivo desta lei, seus regulamentos e demais normas decorrentes, ficam sujeitas às seguintes penalidades, independente da obrigação de cessar a infração e de outras sanções cíveis e penais:

I – advertência;

II – multa;

III - interdição temporária ou definitiva da atividade;

IV - fechamento do estabelecimento;

V - apreensão da fonte.

Parágrafo único. Responderá solidariamente pela infração quem, por qualquer modo, cometer ou concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 12 - Para a aplicação da pena e graduação da multa, os agentes de fiscalização descritos no § 1º do art. 3º, que terão número de telefone à disposição para recebimento de denúncias e autuações imediatas, deverão considerar:

I - a gravidade do fato, tendo em vista a população atingida, as suas consequências para a saúde e o sossego público;

II - a natureza da infração e suas consequências;

III - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento às normas ambientais e respeito ao meio ambiente.

Art. 13 - São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - quando não houver antecedentes;

II - a imediata adequação dos sons e ou ruídos emitidos aos níveis permitidos;

III - quando tratar-se de atividade licenciada.

Art. 14 - São consideradas circunstâncias agravantes:

I - falta de licenciamento da atividade;

II - reincidência, caracterizada por infração de qualquer dos níveis descritos nesta Lei, caracterizada por repetições, sejam curtas, periódicas ou intermitentes, voluntária ou involuntariamente de sons ou ruídos em níveis acima dos permitidos;

III - ter o infrator agido com dolo, direto ou eventual;

IV - adiar ou retardar, voluntariamente ou sem motivo justificável a adoção de medidas de adequação aos limites permitidos;

V – cometer a infração de forma continuada.

§ 1º - A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo, num prazo menor que 60 (sessenta) dias.

§ 2º - No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

§ 3º - A autoridade fiscalizadora que tiver conhecimento de infrações a esta Lei, diretamente ou mediante a denúncia, está obrigada a promover a sua apuração imediata, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4 Não será fornecido Alvará da Prefeitura ao infrator incurso nas circunstâncias agravantes deste artigo, pelo prazo de três anos.

Art. 15 - Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme Tabela II anexa, e assim definidas:

I - LEVES, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II - GRAVES, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;

III - GRAVÍSSIMAS, aquelas em que seja verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes, ou em casos de reincidência.

Art. 16 - A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente:

I - nas infrações leves, de 23 (vinte e três) a 3450 (três mil, quatrocentas e cinquenta) Unidades Fiscais de Ponta Porã - UFPP;

II - nas infrações graves, de 3451 (três mil, quatrocentas e cinquenta e uma) a 6900 (seis mil e novecentas) UFPP;

III - nas infrações gravíssimas, de 6901 (seis mil, novecentas e uma) a 11500 (onze mil e quinhentas) UFPP.

Art. 17 - Os equipamentos e técnicas utilizados no controle da poluição sonora deverão seguir as normas da ABNT, conforme artigo 4º, inciso VII desta lei.

Parágrafo único. Os equipamentos de medição (medidor de nível sonoro e calibrador) devem ser calibrados regularmente pelo INMETRO ou laboratórios pertencentes a RBC (rede Brasileira de Calibração).

Art. 18 - As despesas com a execução da presente lei correm à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 19 - Os valores arrecadados em razão da aplicação de multas por infrações ao disposto nesta Lei Complementar, serão revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 20 - A apuração da emissão de sons, sinais acústicos e ruídos, far-se-á em processo administrativo que iniciará, *ex-offício* do órgão fiscalizador, com a apresentação de reclamação de terceiro interessado ou de denúncia, da qual dar-se-á imediata ciência à pessoa física ou jurídica responsável pela emissão.

Parágrafo único. Compete à Junta Administrativa de Recursos da Agência Municipal de Trânsito, o processo administrativo instaurado em decorrência de infrações descritas nesta Lei Complementar.

Art. 21 - Aplicam-se supletiva e subsidiariamente a legislação federal e estadual vigentes.

Art. 22 - As Tabelas I e II, são partes integrantes desta Lei Complementar.

Art. 23. O Poder Executivo, poderá, no que couber, regulamentar esta Lei Complementar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 27 de agosto de 2013.

Ludimar Novais
Prefeito Municipal

Previporã

PORTARIA Nº 035/2013

“Retifica a portaria que concede Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição a Elenara Bonfanti e dá outras providências.”

A DIRETORA PRESIDENTE DO PREVIPORÃ - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal 042/2007.

RESOLVE

Art. 1º. - Retificar a portaria nº 034 de 28 de agosto de 2013, que concede Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, **onde se lê:** a servidora ELENA BONFANTI **leia-se:** a servidora ELENARA BONFANTI, **onde se lê:** nível III, classe E, **leia-se:** nível III, classe F.

Ponta Porã - MS, 03 (três) dias do mês de setembro de 2013.

Tereza Hassako Sato Castilho **Marlene Albiero Lolli Ghetti**
Diretora Presidente/Mat. 007-1 **Diretora de Benefícios/Mat. 1980-1**